

O metrô de Porto Alegre

O metrô de Porto Alegre, numa dimensão menor que a originalmente programada e bem mais caro, será construído mediante uma parceria com a União, Estado, Município e a iniciativa privada.

Não resta dúvida que o metrô é um meio de transporte econômico, rápido e seguro, que atende aos anseios da população, sendo, por isso, bem vindo.

Com um custo estimado em R\$ 4,8 bilhões, o Governo Federal entrará com R\$ 1,7 bilhão, o que faz sem favor nenhum, porque na sua política de isenção de tributos compartilhados, o prejuízo causado à arrecadação do Estado superou esse valor só nos dois últimos anos, além de ter contribuído para agravar os problemas de trânsito da cidade.

O Estado entrará com R\$ 1,1 bilhão, o Município com R\$ 690 milhões e a iniciativa privada, com R\$ 1,3 bilhão, pelos menos é isso, que as três esferas governamentais esperam.

O problema não está só no querer, mas no poder. Por isso, vejamos as possibilidades de atendimento desse encargo pelo Município e pelo Estado.

a) O Município

O Município apresenta bons indicadores fiscais quanto a grau de endividamento, que é mínimo, e a despesa com pessoal, que alcança 48% da RCL, quando o limite legal é 54% para o Poder Executivo. Superávit primário ainda tem, mas com todos os investimentos previstos, a menos que consiga muito financiamento, poderá passar a ter déficits por alguns anos.

Neste exercício, no entanto, se tomarmos a realização até o mês de agosto, veremos que, embora haja um superávit de R\$ 88,3 milhões, quando se considera a **despesa empenhada** o resultado orçamentário passa a ser **deficitário, na ordem de R\$ 508,9 milhões.** .

É verdade que estão contribuindo em grande parte para isso, o montante realizado em **investimentos na ordem de R\$ 446,8 milhões**, dos quais foram liquidados apenas R\$ 260,3 milhões. Os valores empenhados representam apenas 31% do total previsto para o exercício, que é **R\$ 1,443 bilhão**.

Diga-se passagem que no Estado desde 1999, esse nível de investimentos, somente foi superado em 2010, com R\$ 1,936 bilhão. A média estadual no período citado foi de R\$ 793 milhões, tudo atualizado para 2012, pelo IPCA.

Se esse nível de investimentos já é exagerado, imaginemos com mais o metrô que, com certeza, resultará num valor muito maior que o anunciado!

Para o exercício de 2012, a dotação atualizada da despesa supera em R\$ **538 milhões** a receita prevista, situando-se **12% acima dela**, indicando um **déficit orçamentário** que não é pouca coisa. Todos os dados foram obtidos o RREO 4º bimestre/2013 e no Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre/2013.

b) O Estado

Quanto ao Estado, em agosto/2013, a relação DCL/RCL (dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida) estava em 208,05% e o limite legal era 214,54%, restando **uma margem de endividamento** de 6,49%, que aplicado à RCL do período **correspondia a R\$ 1,659 bilhão** (Tabela 1.1).

Especificação	R\$ milhões	DCL/RCL
Dívida consolidada	53.151	
Deduções	-	
Dívida consolidada líquida	53.151	208,05%
RCL	25.548	100,00%
Limite definido pelo Senado	51.095	200,00%
Limite de endividamento (trajetória)	54.810	214,54%
Margem de endividamento	1.659	6,49%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2º quadrimestre - agosto/2013.

Deve ser destacado, no entanto, que a dívida considerada no caso era R\$ 53,151 bilhões, e a dívida total do Estado, em dezembro/2012 (oito meses antes), era de R\$ 68,655 bilhões. Para citar um exemplo, o valor considerado para precatórios judiciais foi R\$ 3,63 bilhões quando o valor real era R\$ 6,8 bilhões. Portanto, aqui há “contabilidade criativa” (Tabela 1.2).

Tabela 1.2. Passivo total do Estado em 2012		
ESPECIFICAÇÃO	MILHÕES	%
LONGO PRAZO	51.679	75,3%
UNIÃO	42.619	62,1%
PRECATÓRIOS	3.935	5,7%
DEMAIS	5.125	7,5%
CURTO PRAZO	12.166	17,7%
RESTOS A PAGAR	2.110	3,1%
Precatórios	542	0,8%
Demais	1.568	2,3%
DEPÓSITOS DO SIAC	6.813	9,9%
DEMAIS ITENS	3.243	4,7%
COMPENSADO	2.321	3,4%
PRECATÓRIOS	2.321	3,4%
DÍVIDAS NÃO INSCRITAS	2.489	3,6%
Remunerações do SIAC	884	1,3%
Crédito dos Exportadores (*)	1.605	2,3%
TOTAL	68.655	100%
Fonte: Balanços do Estados, Relatório da Dívida/Sefaz e Pareceres Prévios TCE.		
(*) Parecer Prévio TCE, 2012.		

Além disso, o déficit orçamentário deve superar R\$ 2 bilhões neste exercício e R\$ 2,5 bilhões no seguinte, que serão financiados pelos **depósitos judiciais**, tendo sido feito para isso um saque em abril de 2013 de R\$ 4,5 bilhões. No quadriênio 2015-2018 devem ficar acima de R\$ 3,5 bilhões anuais, destinando apenas 2% da receita corrente para investimentos.

Além disso, será formado um **passivo trabalhista de R\$ 10 bilhões** em decorrência do não pagamento do piso nacional do magistério, que representará um incremento de 150% na atual dívida com precatórios.

A reduzida margem de endividamento desaparece já no final do atual exercício. Além disso, se seguirão mais cinco exercícios de grandes déficits, até 2018.

Por derradeiro, o jornal Valor Econômico desta data (14/10/2013), na página A5, divulga que o Ministro da Fazenda autorizou mais R\$ 88.966,4 milhões de empréstimos para os estados, estando na lista o **Estado do RS com R\$ 2.615,85 milhões**, com R\$ 2.201,05 milhões já contratados e R\$ 414,8 milhões por contratar.

Como o governo estadual conseguiu isso sem margem, não sabemos. A parcela que será gerada pela nova renegociação da dívida, de R\$ 800 milhões, tendo como base o que se sabe até hoje, não será suficiente nem para cobrir essas operações já contratadas.

Então, a menos que façam “contabilidade criativa”, não haverá **margem para financiamento do metrô**, nem neste e nem no próximo período governamental.

Não haverá também superávit primário, que é a outra condição para contrair novos empréstimos, segundo a LRF, porque no próximo período governamental teremos déficits primários.

O superávit primário é fundamental, independente de a LRF exigir, porque ele é a poupança para pagar a dívida, condição que nos permite honrá-la.

Se com toda essa carência de recursos próprios, com a margem de endividamento esgotada e ainda com os compromissos assumidos com o metrô em mais de um bilhão de reais, a pergunta que cabe é de onde sairão os recursos para os demais investimentos, como em estradas, presídios, etc.

Não tenho mais dúvida: o Estado do RS ficará ingovernável no próximo período governamental!

Porto Alegre, 14 de outubro de 2013.